

STNE Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 49.436.665/0001-31

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)										Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		
	Nota	2024	2023	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023	
Ativo circulante						Passivo circulante						Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	10	14	30.012	24.662	Contas a pagar	15	87	15.966	8.829	Receita líquida de prestação de serviços	16.5	—	650.220	338.713	
Aplicações financeiras	6.2	11.686	30.162	124.433	82.913	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	—	—	186.409	34.941	Custo dos serviços prestados	17	—	(418.267)	(233.073)	
Contas a receber de clientes	7.2	—	—	4.120	9.299	Arrendamentos tributárias	—	201	38.242	17.244	Lucro bruto	17	62	(107)	231.953 105.640	
Tributos a recuperar	2.037	2.138	4.321	9.619	Dividendos a pagar	12	2.561	2.259	9.135	8.325	Despesas administrativas	17	62	(107)	(150.844) (60.782)	
Despesas antecipadas	—	—	—	6.210	5.654	Outros passivos	14.3.3	370	20.614	370	Despesas de vendas	17	—	(12.444)	(6.405)	
Outros ativos	—	—	—	4.183	6.621	Total do passivo circulante	2.946	23.161	256.025	96.365	Prejuízo/Lucro operacional	62	(107)	68.665 38.453		
Total do ativo circulante	13.733	32.314	173.279	138.768		Passivo não circulante					Equivalência Patrimonial	9.2	46.643	17.098	479 (17)	
Aplicações financeiras	6.2	4.802	16.592	4.802	16.592	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	—	—	5.685	1.236	Outras receitas financeiras	18	588	1.691	2.320 4.677	
Contas a receber de partes relacionadas	13	8.426	5.517	41.611	33.966	Arrendamentos a pagar	12	3.146	5.676	8.810	Despesas financeiras	18	(660)	(738)	1.905 (3.972)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	4.563	482	69.723	34.690	Provisão para contingências	—	—	805	311	Outras receitas (despesas), líquidas	19	(11.797)	4.019	(19.290) (13.575)	
Despesas antecipadas	—	—	—	2.228	3.155	Contas a pagar a partes relacionadas	13	—	—	789	11.640	Resultado financeiro líquido	34.774	22.070	(14.586) (12.887)	
Outros ativos	—	—	—	5.746	5.449	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	—	—	573	613	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	34.836	21.963	54.079 25.566	
Investimentos	9	704.007	261.700	60.750	68.706	Outros passivos	—	—	10.224	—	IRPJ e contribuição social correntes	8.3	—	(746)	(50.236) (14.466)	
Imobilizado	10	6.003	8.662	62.770	78.658	Total do passivo não circulante	3.146	5.676	26.886	31.585	IRPJ e contribuição social diferidos	8.3	4.081	482	35.074 10.599	
Intangível	11.3	21	23	597.465	44.419	Total do patrimônio líquido	735.463	296.453	735.463	296.453	Lucro líquido do exercício	38.917	21.699	38.917 21.699		
Total do ativo não circulante	727.822	292.976	845.095	285.635		Total do passivo e patrimônio líquido	741.555	325.290	1.018.374	424.403	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Total do ativo	741.555	325.290	1.018.374	424.403												
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>																
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)										Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucros Acumulados	Total	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	2024	2023										
Saldo em 02 de janeiro de 2023																
Constituição de capital - cisão parcial	115.158	—	115.158	—	—	—	—	—	230.316	—						
Pagamentos baseados em ações	—	—	15.682	—	—	—	—	—	15.682	—						
Movimentação proveniente de acervo de cisão de controlada	—	—	49.370	—	—	—	—	—	49.370	—						
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	21.699	21.699						
Destinações do lucro líquido do exercício:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—						
Reserva legal	—	—	—	1.085	—	—	—	—	(1.085)	—						
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.153)	(5.153)						
Dividendos adicionais	—	—	—	—	—	—	—	—	(15.461)	(15.461)						
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—						
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	115.158	—	180.210	1.085	—	—	—	—	296.453	—						
Aumento de Capital	14.1	370.000	—	—	—	—	—	—	370.000	—						
Redução de Capital	14.1	(26.000)	—	—	—	—	—	—	(26.000)	—						
Pagamento baseado em ações	14.2	—	56.463	—	—	—	—	—	56.463	—						
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	38.917	38.917						
Destinações do lucro líquido do exercício:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—						
Reserva Legal	14.3.1	—	—	1.946	—	—	—	—	(1.946)	—						
Dividendos mínimos obrigatórios	14.3.3	—	—	—	—	—	—	—	(370)	(370)						
Constituição de reserva de lucros para expansão	14.3.2	—	—	—	—	36.601	—	—	36.601	(36.601)						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	459.158	—	236.673	3.031	—	36.601	—	—	735.463	—						
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>																
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)										Demonstração dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
1. Contexto operacional – A STNE Investimentos S.A. ("Companhia" ou "STNE Invest") foi constituída em 02 de janeiro de 2023, e possui sede na Avenida Rebouças, nº 2880, 5º andar, sala 6, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500. A Companhia é uma holding que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. As suas controladas (coletivamente, o "Grupo") atuam em diferentes setores, incluindo tecnologia, serviços financeiros, gestão de negócios e intermediação de serviços, no Brasil e no exterior. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela DLP Capital LLC ("DLP Capital"), e em última instância, a StoneCo Ltd ("StoneCo") é a controladora indireta, sendo uma sociedade constituída nas Ilhas de Caiman, com ações listadas na bolsa americana NASDAQ com a sigla STNE. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretores em 30 de abril de 2025.	uma transação de patrimônio, na reserva para "Transações entre acionistas". 3															

...continuação

5. Caixa e equivalentes de caixa – 5.1. Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo (com vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 3 meses), que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, e são prontamente conversíveis em dinheiro.

5.2. Composição dos saldos

	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Depósitos em bancos nacionais	10	14	3.100	1.958
Depósitos em Dólar	—	—	26.912	22.704
Total	10	14	30.012	24.662

6. Aplicações financeiras – 6.1. Políticas contábeis: A Companhia possui aplicações financeiras que são classificadas como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efeitos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efeitos (TJE). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável.

6.2. Composição dos saldos

	Controladora	Consolidado		
	2024	2023	2024	2023
Titulos públicos (a)	11.686	30.162	124.433	82.913
Instrumentos patrimoniais (b)	4.802	16.592	4.802	16.592
Total	16.488	46.754	129.235	99.505

(a) Composto por LFTs (Letras Financeiras do Tesouro). (b) Composto por participação na Gyramais Tecnologia S.A. e Gyramais Companhia Seguradora de Créditos Financeiros.

7. Contas a receber de clientes – 7.1. Políticas contábeis: Um recebível representa o direito da Companhia e suas controladas a um valor de contraprestação condicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzido valor presente e provisão para perda esperada.

7.1.1. Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas
As taxas de provisão são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (por exemplo, por tipo de produto ou tipo de cliente). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo calibra-se para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência no futuro.

7.2. Composição dos saldos

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de clientes (a)	6.050	11.471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.930)	(2.172)
Total	4.120	9.299

(a) Composto principalmente por contas a receber de serviços de tecnologia prestados a clientes. O movimento de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é o seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(2.172)	—
Acervo de cisão parcial	—	(2.403)
Constituição	(730)	(680)
Reversão	972	911
Saldo final em 31 de dezembro	(1.930)	(2.172)

8. Imposta de renda e contribuição social – 8.1. Políticas contábeis: 8.1.1. Imposta de renda e contribuição social correntes: O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. As regras fiscais utilizadas para determinar os ativos e passivos fiscais são as que estão em vigor à data do balanço nos países onde a Companhia e suas controladas operam e geram lucro tributável. A aliquota combinada aplicada a todas as entidades no Brasil é de 34%, compreendendo o imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Companhia e suas controladas reconhecem o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30 % do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados

mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano.

8.1.2. Impostos diferidos: O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Companhia e suas controladas gerem lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Companhia e suas controladas que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Companhia e suas controladas apresentam estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e a mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.

8.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:

8.2.1. Imposta de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

8.3. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

Controladora **Consolidado**

2024 2023 2024 2023

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 34.836 21.963 54.079 25.566

Alíquotas vigentes 34 % 34 % 34 % 34 %

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (11.844) (7.467) (18.387) (8.691)

Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedituves) para fins fiscais

Lucro (prejuízo) de entidades sujeitas a diferentes alíquotas de imposto — — 5.468 4.272

Impostos diferidos não reconhecidos — — (3.949) (6.194)

Resposta de equivalência patrimonial 15.857 5.813 163 (6)

Imposto de renda diferido anteriormente não reconhecido — — 7.379

Outras diferenças permanentes 68 1.390 1.543 (627)

Despesa total de imposto de renda e contribuição social 4.081 (264) (15.162) (3.867)

Alíquota efetiva -11,7 % 1,2 % 28,0 % 15,1 %

Impostos correntes — (746) (50.236) (14.466)

Impostos diferidos 4.081 482 35.074 10.599

Despesa total de imposto de renda e contribuição social 4.081 (264) (15.162) (3.867)

8.4. Tributos diferidos por natureza: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas ao seguinte:

Controladora **Reconhecido em resultado** **Reconhecido em resultado** **2024**

2/1/2023 2023 2023

Diferenças temporárias — 482 482 3.912 4.394

Prejuízo fiscal/Base negativa — — 169 169

Total 482 482 4.081 4.563

Consolidado **Movimentação** **2024**

2023 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

Total 34.077 35.073 69.150

Ativos intangíveis e imobilizados, originados de combinação de negócios (614) 614 —

Diferenças temporárias 17.535 38.065 55.600

Prejuízo fiscal 17.156 (3.606) 13.550

<b

...continuação

10.9. Perda por redução ao valor recuperável: Em 31 de dezembro de 2023, não havia indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

11.1. Políticas contábeis: 11.1.1. Reconhecimento inicial: Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando ocorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

Reconhecimento subsequente: A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo detém apenas marcas e patentes e ágio como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos o ativo intangível é submetido a teste de redução ao valor recuperável ("teste de impairment") sempre que houver indícios de que o seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de impairment é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social ou quando identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

Vida útil estimada (anos)(a)

Softwares	3,5
Relacionamento com clientes	19
Marcas e patentes	20
Licença de uso	3,5

(a) Em 31 de dezembro de 2023 o quadro de vida útil apresentava as informações considerando a categoria do ativo, e itens oriundos de cisão com vida útil remanescente. Em 31 de dezembro de 2024, o quadro de vida útil passou a apresentar apenas as informações de vida útil por categoria de ativo. Não foram feitas mudanças na estimativa da vida útil dos ativos do Grupo. Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado. 11.1.3. Teste de impairment: O Grupo efetua o teste de impairment dos ativos no escopo da IAS 36/CPIC 01 (RI) quando (i) observa indícios de que um ativo pode ter se desvalorizado ou (ii) anualmente, sempre que o Grupo possui ativos não prontos para uso ou ágio. Os ativos do Grupo sujeitos à IAS 36/CPIC 01 (RI) são ativos intangíveis (incluindo ágio), ativos imobilizados e investimentos em coligadas. Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") ou grupos de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, o ágio é alocado a UGCs ou a grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, UGC ou grupo de UGCs e (ii) o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por redução ao valor recuperável ("perda por impairment") é reconhecida. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas as transações recentes de mercado. Se nenhum dessas transações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado é usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto entre os impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesa consistentes com a função do ativo com redução ao valor recuperável. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto as perdas sobre ágio. Vide Nota 11.4, para detalhes do modelo e principais premissas adotadas no teste anual de impairment do ágio. 11.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 11.2.1. Vida útil do Imobilizado e Intangível: A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. O Grupo avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas relativas ao ativo imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2023. 11.2.2. Cálculo do valor em uso no teste de impairment: O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com

as quais o Grupo ainda não esteja comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes UGCs, incluindo uma análise de sensibilidade, são divulgadas e explicadas mais detalhadamente na Nota 11.4. 11.2.3. Combinção de negócios: O processo de contabilização de uma combinação de negócios inclui o uso de (i) técnicas de avaliação para determinar os valores dos ativos intangíveis identificados, (ii) estimativas para determinar sua vida útil, e (iii) técnicas de avaliação para estimar a contraprestação contingente incluída na contraprestação total paga para adquirir as controladas.

11.3. Composição dos saldos

Controladora

	2023	Adições	Transferências	2024
Custo				
Marcas e patentes	45	—	(20)	25
Licenças de uso	345	—	—	345
Total do custo	390	—	(20)	370
Amortização acumulada				
Marcas e patentes	(22)	(2)	20	(4)
Licenças de uso	(345)	—	—	(345)
Total da amortização acumulada	(367)	(2)	20	(349)
Intangível, líquido	23	(2)	—	21

Controladora

	02/01/2023	Adições	Cisão parcial (a)	2023
Custo				
Marcas e patentes	—	—	45	45
Licenças de uso	—	—	345	345
Total do custo	—	—	390	390
Amortização acumulada				
Marcas e patentes	—	(2)	(20)	(22)
Licenças de uso	—	—	(345)	(345)
Total da amortização acumulada	—	(2)	(365)	(367)
Intangível, líquido	—	—	25	23

(a) Refere-se aos saldos da cisão parcial e constituição da Companhia (Nota 4.1).

Controladora

	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
Custo					
Ágio	31.682	—	—	290	31.972
Relacionamento com o cliente	2.233	—	—	—	2.233
Marcas e patentes	28	—	—	—	28
Software	35.690	107.217	(2.694)	8.563	148.776
Intangível em andamento	836	456.476	(196)	(8.218)	448.898
Total do custo	70.469	563.693	(2.890)	635	631.907
Amortização acumulada					
Relacionamento com o cliente	(429)	(120)	—	—	(549)
Marcas e patentes	(2)	(2)	—	(1)	(5)
Software	(25.619)	(8.612)	977	(634)	(33.888)
Total da amortização acumulada	(26.050)	(8.734)	977	(635)	(34.442)
Intangível, líquido	44.419	554.959	(1.913)	—	597.465

Controladora

	02/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	2023
Custo					
Acervo	—	—	—	—	31.682
Transf. parcial (a)	—	—	20	2.213	2.233
Cisão	—	—	20	3	20
Total do custo	—	—	29.953	33.915	70.469
Amortização acumulada					
Relacionamento com o cliente	(439)	10	—	—	(429)
Marcas e patentes	(2)	—	—	—	(2)
Software	(6.084)	262	—	(19.797)	(25.619)
Total da amortização acumulada	(6.525)	272	—	(19.797)	(26.050)
Intangível, líquido	—	562	(214)	—	10.156

Controladora

	2023	Adições	Baixas	Transf. parcial (a)	Cisão	2023
Custo						
Ágio	—	—	—	—	31.682	31.682
Relacionamento com o cliente	—	—	20	2.213	2.233	
Marcas e patentes	—	25	(20)	3	20	28
Software	5.662	(469)	1.359	29.138	—	35.690
Intangível em andamento	1.400	(17)	(1.359)	812	—	836
Total do custo	7.087	(486)	—	29.953	33.915	70.469
Amortização acumulada						
Relacionamento com o cliente	(439)	10	—	—	—	(429)
Marcas e patentes	(2)	—	—	—	—	(2)
Software	(6.084)	262	—	(19.797)	—	(25.619)
Total da amortização acumulada	(6.525)	272	—	(19.797)	(26.050)	10.156
Intangível, líquido	—	562	(214)	—	10.156	33.915

Controladora

	2024	2023

</tbl

... continuação

STNE Investimentos S.A.

19. Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora	Consolidado	2024	2023	2024	2023
Despesas de instalações	–	–	(571)	(223)	(571)	(223)
Contingências	–	–	(1.245)	(302)	(1.245)	(302)
Valor contábil líquido de alienação	–	–	(1.102)	–	(1.102)	–
Penalidades e multas	–	–	(37)	(48)	(37)	(48)
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	(14.970)	–	(14.970)
AVJ Investimentos ^(a)	(11.790)	1.592	(11.790)	1.592	(11.790)	1.592
Outras despesas ^(b)	(7)	2.427	(4.545)	376	(7)	2.427
Total	(11.797)	4.019	(19.290)	(13.575)	(11.797)	4.019

(a) Refere-se à remuneração do investimento na Gyra Técnologia a valor justo em virtude de nova rodada de investimento por acionistas não controladores. (b) Inclui, principalmente, despesas com arrendamentos, provisões de despesas e receitas e baixas de imobilizado.

20. Instrumentos financeiros - 20.1. Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

20.2. Ativos financeiros: 20.2.1. **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.3.4. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar, Empréstimos e financiamentos, Dividendos a pagar, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos.

20.3.5. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

20.3.6. Valor justo de instrumentos financeiros: O Grupo mensura instrumentos financeiros, tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precisar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados do nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houver transferências entre níveis na hierarquia realizando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

20.3.7. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houver transferências entre níveis na hierarquia realizando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

20.3.8. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

20.4. Gestão de riscos: As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preco), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global ("Tesoraria Global") no nível do Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico do Grupo, o departamento local de tesouraria ("Tesoraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesses de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. Além disso, se os clientes continuarem a ser adversamente afetados, as taxas de inadimplência das soluções de crédito provavelmente aumentarão. Adicionalmente, a busca mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Os riscos estão sendo monitorados de perto e o Grupo pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem.

20.4.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição do Grupo a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito.

20.2.6. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem Contas a receber de clientes, Contas a receber de partes relacionadas, Outros ativos e Despesas antecipadas.

20.2.7. Ativos financeiros a VJORA com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívidas): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **20.2.8. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir:

20.2.9. Ativo financeiro com risco de perda de capital (instrumentos de dívidas): Os ativos financeiros com risco de perda de capital são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou reduzido ao valor recuperável. Os ativos financeiros com risco de perda de capital incluem Contas a receber de clientes, Contas a receber de partes relacionadas, Outros ativos e Despesas antecipadas.

20.2.10. Ativos financeiros com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.11. Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.12. Ativos financeiros ao VJR sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.13. Ativos financeiros ao VJR com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.14. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento patrimonial. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.15. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos de dívidas): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos de dívidas designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de dívidas nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento de dívida. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos de dívida designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.16. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais e de dívidas): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais e de dívidas designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de dívidas nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento de dívida. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais e de dívida designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.17. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos de dívidas): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos de dívidas designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de dívidas nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento de dívida. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos de dívida designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.18. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais e de dívidas): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais e de dívidas designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de dívidas nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento de dívida. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais e de dívida designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.19. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais e de dívidas): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais e de dívidas designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de dívidas nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento de dívida. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais e de dívida designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.20. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais e de dívidas): Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais e de dívidas designados ao VJR quando eles satisfizerem a definição de dívidas nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento de dívida. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais e de dívida designados ao VJR não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 2024 a Companhia não possui instrumentos classificados nesta categoria.

20.2.21. Ativos financeiros ao VJR com risco de perda de capital (instrumentos patrimoniais e de dívidas):</b

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Mensagem da Administração: A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A., sociedade anônima de capital fechado e integrante do Grupo StoneCo constituida em 18 de julho de 2013, tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquênciaria, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, podendo efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de Ativos:** Em 31 de dezembro de 2024, os ativos da companhia totalizaram R\$ 23.479 milhões, apresentando um aumento de 11,1%

em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 21.133 milhões. Esse aumento foi ocasionado principalmente por um aumento nas aplicações financeiras, resultado de valorização das cotas e de maiores aportes por parte da Pagar.me no FIDC Tapso. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido totalizou R\$ 316,4 milhões, representando um aumento de R\$ 257,1 milhões em relação ao totalizado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 59,3 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: a. Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido

de impostos, no total de R\$ 154,9 milhões. b. Lucro de R\$ 88,6 milhões no exercício de 2024; **Resultado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro totalizou R\$ 88,6 milhões, representando um aumento significativo de R\$ 32,2 milhões em relação ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foi de R\$ 56,4 milhões. O aumento se deve principalmente ao crescimento do resultado financeiro, que passou de um resultado negativo de R\$ 43,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 para um resultado positivo de 353,3 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A Administração

Balanço Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota 31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4 388.652	952.536
Aplicações financeiras	5.3 14.611.419	11.734.778
Ativos financeiros de soluções bancárias	5.5 641.185	1.147.403
Contas a receber	5.4 6.723.996	6.123.426
Despesas antecipadas	6 127.925	92.040
Tributos a recuperar	1.384	20.696
Outros créditos	775	1.740
Total do ativo circulante	22.495.336	20.072.619
Ativo não circulante		
Contas a receber	5.4 111.571	41
Outros créditos	4.845	5.139
Despesas antecipadas	6 7.128	3.922
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7 89.724	164.261
Imobilizado	8 743.728	761.467
Intangível	9 26.276	125.386
Total do ativo não circulante	983.272	1.060.216
Total do ativo	23.478.608	21.132.835
Passivo circulante		
Depósitos de clientes bancários	5.5 641.185	1.172.706
Contas a pagar a estabelecimentos	5.6 3.680.469	3.402.224
Contas a pagar	10 11.014	10.095
Obrigações vinculadas a subadiquênciaria	10 18.669.106	16.296.716
Empréstimo e financiamentos	21	4
Fornecedores	65.513	51.559
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10.963	49.601
Obrigações tributárias	11 36.687	20.226
Adiantamento de clientes	6.716	6.813
Dividendos a pagar	13.5 842	13.391
Outros passivos	76	—
Total do passivo circulante	23.122.516	21.023.411
Passivo não circulante		
Contas a pagar a estabelecimentos	5.6 13.944	10.750
Contas a pagar	10 12.683	15.032
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.524	4.587
Provisão para contingências	12 6.307	7.130
Outros Passivos	2.224	2.651
Total do passivo não circulante	39.682	50.150
Patrimônio líquido	13	
Capital social	134.276	134.276
Reserva de capital	41.736	27.259
Reserva legal	11.310	6.878
Reserva de lucros	147.950	64.591
Outros resultados abrangentes	(18.862)	(173.730)
Total do patrimônio líquido	316.410	59.274
Total do passivo e patrimônio líquido	23.478.608	21.132.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explanatórias às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Pagar.me"), sociedade anônima de capital fechado constituída em 18 de julho de 2013, possui sede na Avenida Rebouças, nº 2880, 2º andar, sala 1, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05402-500. A Companhia é controlada diretamente pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos"), e tem como controladora final a StoneCo Ltda ("Grupo StoneCo"), com uma abertura com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas Ilhas Cayman. A Companhia tem como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadiquênciaria, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos. A Companhia também pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Logo, as principais receitas provêm do licenciamento da tecnologia, das taxas de desconto cobradas dos comerciantes e prestadores de serviço sobre as suas transações de venda, bem como das taxas de pré-pagamento. A Companhia analisa a situação patrimonial com base nos resultados consolidados do Grupo StoneCo, uma vez que as operações mais relevantes são entre partes relacionadas, classificadas em "Contas a pagar" no passivo (Nota 10). Como exemplo, pode-se mencionar as operações realizadas com o FIDC TAPSO, o qual compõe o Contas a pagar da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o Contas a receber de R\$ 6.835.567 (R\$ 6.123.468 em 31 de dezembro de 2023) estava maior em 84,8% em relação ao Contas a pagar a estabelecimentos de R\$ 3.694.413 (R\$ 3.412.974 em 31 de dezembro de 2023), mostrando liquidez nas operações. Em razão da incorporação da Trampolin Pagamentos S.A. em 2023, conforme descrito na nota 1.1.1, o período comparativo de 2023 reflete as demonstrações contábeis consolidadas de Pagar.me e Trampolin Pagamentos S.A., comparáveis às demonstrações financeiras da Pagar.me de 2024, que já contemplam os efeitos da incorporada Trampolin neste ano. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 30 de abril de 2025. **1.1. Incorporação da Trampolin Pagamentos S.A.** Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 01 de abril de 2023, foi aprovada a incorporação da Trampolin Pagamentos S.A. pela Pagar.me. A incorporação atende aos interesses das companhias e resultou em ganhos de sinergias, tendo por objetivo a simplificação da estrutura para a prestação de serviço de subadiquênciaria realizadas pela Trampolin Pagamentos S.A. e pela Pagar.me, com a consequente otimização das interações com o mercado pela Pagar.me e redução de custos operacionais e administradores do Grupo StoneCo. Adicionalmente com a implementação da incorporação, os serviços atualmente prestados por entidades jurídicas distintas passaram a ser realizados pela Pagar.me de forma mais eficiente, simplificando a estrutura organizacional. O patrimônio líquido da empresa incorporada (Trampolin Pagamentos S.A.) em 01 de abril de 2023 esteve suportado por laudo de avaliação contábil. Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados considerando a data-base 31 de janeiro de 2023:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	1.376 Fornecedores
Contas a receber de clientes	96 Depósito de clientes
Impostos a recuperar	67 Obrigações tributárias
Total do ativo circulante	1.539
Não circulante	
Imobilizado	
Total do ativo não circulante	7
Total do Ativo	1.546
Passivo	Passivo
Circulante	Circulante
Capital social	1.227.033
Reserva legal	1.279.115
Reserva de lucros	569.091
Outros resultados abrangentes	(905.038)
Total do passivo circulante	321.403
Total do passivo e patrimônio líquido	1.546

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram

preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas contábeis ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis" IFRS), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demons-

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Relatório da Administração

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota 2024	2023
Receita líquida de serviços	14 1.227.033	1.279.115
Custo dos serviços prestados	15 (905.038)	(710.024)
Lucro bruto	321.403	569.091
Despesas gerais e administrativas	15 (67.981)	(81.257)
Despesas com vendas	15 (431.360)	(329.351)
Total de receitas (despesas) operacionais	15 (536.309)	(442.685)
Lucro (prejuízo) operacional	(214.313)	126.406
Receitas financeiras	1 1.804.736	1.518.747
Despesas financeiras	1 (451.404)	(1.562.082)
Lucro líquido	88.633	56.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados	Lucros abrangentes acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	32.276	11.991	4.059	24.416	(221.026)	(88.284)	

Aumento de Capital

Pagamento baseado em ações

Outros resultados abrangentes

Lucro líquido

Destinações do lucro líquido do exercício:

Constituição da Reserva legal

Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Constituição de reserva de investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Aumento de Capital

Pagamento baseado em ações

Outros resultados abrangentes

Lucro líquido

Destinações do lucro líquido do exercício:

Constituição da reserva legal

Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios

Constituição de reserva de investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Aumento de Capital

Pagamento baseado em ações

Outros resultados abrangentes

Lucro líquido

Destinações do lucro líquido do exercício:

Constituição da reserva legal

...continuação

Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação no valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangente é reclassificada para o resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia no VJORA incluem Contas a receber de credenciadores. **5.1.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais):** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irreversivelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui investimentos classificados nesta categoria.

5.1.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR: Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Aplicações financeiras que não são equivalentes da caixa. **5.1.1.3. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrair significativa a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atrair significativa a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir.

5.1.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros: A Companhia reconhece perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. A Companhia aplica a abordagem simplificada para Contas a receber de clientes e partes relacionadas. Contas a receber são considerados ativos contratuais. **5.1.2. Passivos financeiros:**

5.1.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, e contas a pagar.

5.1.2.2. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **5.1.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recuperação de valores recuperáveis.

5.1.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Adiantamento de clientes, Outros passivos e Contas a pagar a partes relacionadas. **5.1.2.3. Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado.

5.1.3. Valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que será recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • Na mercada principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precisar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base.

5.1.4. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

5.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas: **5.2.1. Mensuração das estimativas de perda de crédito esperada:** **5.2.1.1. Contas a receber e emissões de cartões:** Os valores a receber de adquirentes decorrem das transações realizadas pelos titulares de cartões de débito e crédito emitidos por instituições financeiras. Tais recebíveis são liquidados de acordo com regras específicas de cada produto, como transações de débito, crédito à vista ou crédito parcelado. Transações a débito e a crédito à vista são recebidas em alguns dias, ao passo que transações de crédito parcelado são recebidas ao longo do prazo de parcelamento. Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional, sendo necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja realizado pela contraparte. No caso de uma subadiquente, seus recebíveis advém de uma adquirente/credenciadora, que recebe os valores das transações diretamente dos emissores de cartões e os repassa à subadiquente.

5.2.1.2. Contas a receber de clientes: Para Contas a receber de clientes, as taxas de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa utilizadas pela Companhia são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartões de crédito e outras formas de crédito de crédito). As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são inicialmente baseadas nas taxas históricas de inadimplência observadas pela Companhia. A Companhia faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto – PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência é atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. As informações sobre as provisões para perdas de crédito esperadas de Contas a receber de emissores de cartão e Contas a receber de clientes são divulgadas na nota 5.4.

5.2.2. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

5.3. Aplicações Financeiras

5.3.1. Aplicações Financeiras

5.3.2. Aplicações Financeiras

5.3.3. Aplicações Financeiras

5.3.4. Aplicações Financeiras

5.3.5. Aplicações Financeiras

5.3.6. Aplicações Financeiras

5.3.7. Aplicações Financeiras

5.3.8. Aplicações Financeiras

5.3.9. Aplicações Financeiras

5.3.10. Aplicações Financeiras

5.3.11. Aplicações Financeiras

5.3.12. Aplicações Financeiras

5.3.13. Aplicações Financeiras

5.3.14. Aplicações Financeiras

5.3.15. Aplicações Financeiras

5.3.16. Aplicações Financeiras

5.3.17. Aplicações Financeiras

5.3.18. Aplicações Financeiras

5.3.19. Aplicações Financeiras

5.3.20. Aplicações Financeiras

5.3.21. Aplicações Financeiras

5.3.22. Aplicações Financeiras

5.3.23. Aplicações Financeiras

5.3.24. Aplicações Financeiras

5.3.25. Aplicações Financeiras

5.3.26. Aplicações Financeiras

5.3.27. Aplicações Financeiras

5.3.28. Aplicações Financeiras

5.3.29. Aplicações Financeiras

5.3.30. Aplicações Financeiras

5.3.31. Aplicações Financeiras

5.3.32. Aplicações Financeiras

5.3.33. Aplicações Financeiras

5.3.34. Aplicações Financeiras

5.3.35. Aplicações Financeiras

5.3.36. Aplicações Financeiras

5.3.37. Aplicações Financeiras

5.3.38. Aplicações Financeiras

5.3.39. Aplicações Financeiras

5.3.40. Aplicações Financeiras

5.3.41. Aplicações Financeiras

5.3.42. Aplicações Financeiras

5.3.43. Aplicações Financeiras

5.3.44. Aplicações Financeiras

5.3.45. Aplicações Financeiras

5.3.46. Aplicações Financeiras

5.3.47. Aplicações Financeiras

5.3.48. Aplicações Financeiras

5.3.49. Aplicações Financeiras

5.3.50. Aplicações Financeiras

5.3.51. Aplicações Financeiras

5.3.52. Aplicações Financeiras

5.3.53. Aplicações Financeiras

5.3.54. Aplicações Financeiras

5.3.55. Aplicações Financeiras

5.3.56. Aplicações Financeiras

5.3.57. Aplicações Financeiras

5.3.58. Aplicações Financeiras

5.3.59. Aplicações Financeiras

5.3.60. Aplicações Financeiras

5.3.61. Aplicações Financeiras

5.3.62. Aplicações Financeiras

5.3.63. Aplicações Financeiras

5.3.64. Aplicações Financeiras

5.3.65. Aplicações Financeiras

5.3.66. Aplicações Financeiras

5.3.67. Aplicações Financeiras

5.3.68. Aplicações Financeiras

5.3.69. Aplicações Financeiras

5.3.70. Aplicações Financeiras

... continuação

que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão a Companhia, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Vida útil estimada (anos)		
Pinpad e POS	5		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5-10		
Equipamentos de informática	5-10		
Equipamentos de telefonia, e instalações	2-10		
Móveis e utensílios	10		
Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. A Companhia também desreconhece Pin Pads e POS e Pós de clientes que não estejam sendo utilizadas nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria de cliente. Em 2024 a vida útil foi reavaliada e não houve alteração.			
8.2. Movimentações	31/12/2023	Adição	Baixa
Custo	997.262	415.940	(199.850)
Total do custo	997.262	415.940	(199.850)
Depreciação acumulada	(235.453)	(285.148)	51.938
Total da depreciação acumulada	(235.795)	(285.767)	51.938
Imobilizado, líquido	761.467	130.173	(147.912)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.			
Incorporação	31/12/2022	Adição	Baixa
Custo	601.625	401.100	(5.473)
Total do custo	601.625	401.100	(5.473)
Depreciação acumulada	(26.389)	(208.124)	1.063
Total da depreciação acumulada	(28.128)	(208.727)	1.063
Imobilizado, líquido	573.491	192.373	(4.410)
9. Intangível, líquido	761.467		

9. Intangível, líquido – 9.1. Políticas contábeis: **9.1.1. Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. **9.1.1.2. Grupo como arrendatário:** A Companhia aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. A Companhia reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de fazer pagamentos ao arrendador em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjetivados disponibilizados pelo arrendador. **9.1.1.2.1. Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer mensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos, e pagamentos de arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)		
Softwares	2.4 a 3		
Direitos de uso são depreciados pelo método linear, pelo período mais curto entre a vida útil estimada do ativo e o prazo remanescente do arrendamento. Se a propriedade do bem arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. 9.1.1.2.2. Passivos de arrendamento: Na data de início da locação, a Companhia reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos do arrendamento na essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra de ativo subjacente. • Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos, conforme recomendado pelo IASB. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.			
9.1.2. Intangível, exceto ágio: Os arrendamentos nos quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui contratos de arrendamento como arrendador. 9.1.2.1. Softwares e custos de desenvolvimento – reconhecimento inicial: Certos custos diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e aprimoramentos dos softwares da plataforma de tecnologia da Companhia são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela Administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos da folha de pagamento. Esses custos são registrados como intangível ao longo da fase de desenvolvimento. Gastos com pesquisa e desenvolvimento, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. 9.1.2.2. Outros ativos intangíveis – reconhecimento inicial: Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição. 9.1.2.2.1. Reconhecimento subsequente: A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas Marcas e Patentes e ágio como ativos intangíveis com vida útil indefinida. Intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos, o ativo intangível é testado quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicação que o seu valor contábil não poderá ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de redução ao valor recuperável é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para intangíveis com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício ou quando for identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças de vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são consideradas como mudanças de estimativas contábeis e, portanto, seus efeitos são contabilizados prospectivamente a partir do exercício em que ocorreu a mudança. A amortização de intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:			
Vida útil estimada (anos)	5		

9.1.2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia avalia, a cada data-base, se há algum indicio de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indicio, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou UGC, menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável. Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por avaliações por múltiplos, cotações de ações de empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que refleita o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu a redução ao valor recuperável. Para ativos não financeiros, exceto ágio, é efetuada uma avaliação a cada data-base para determinar se existe uma indicação de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde quando a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda por redução ao valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o ativo seja contabilizado por um valor realavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação. Conforme apresentado na Nota 9.3, o teste de impairment da Companhia é realizado no nível de sua controladora final.

passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são revertidas, total ou parcialmente, quando as obrigações a elas vinculadas deixam de existir ou os montantes envolvidos são reduzidos. Se o desfecho dos processos resultar na liquidação da obrigação, a provisão é baixada em contrapartida à saída dos recursos utilizados na liquidação. Dadas as incertezas inerentes aos processos, não é praticável determinar o momento de qualquer saída de caixa.

12.2. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:

Em março de 2023, a Pagar.me atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios civis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de desfechos e decisões judiciais em casos semelhantes. A partir disso, o Pagar.me passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira e análise aprofundada dos processos ajuizados com pedidos e causas de pedir correlatos. **12.3. Movimentações:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui provisão para contingências relativas a riscos civis, tributários e trabalhistas, como segue:

Cível	Tributário	Trabalhista	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.304	–	4.304
Adições	9.527	2.039	333
Reversões	(6.201)	–	(94)
Pagamentos	(2.777)	–	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.853	2.039	238
Adições	11.032	–	807
Reversões	(3.740)	(2.088)	(382)
Juros	573	174	21
Pagamentos	(7.220)	–	(7.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.498	125	684
Total	5.498	125	6.307

A Pagar.me é parte em diversas ações judiciais, civis, tributárias e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Neste sentido, as demandas judiciais de natureza civil se relacionam substancialmente às principais frentes de atuação da Pagar.me, quais sejam (i) adquirência, no montante de R\$ 4.652 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.279 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) banking, no montante de R\$ 826 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 371 em 31 de dezembro de 2023). **Perdas possíveis, não provisões nos balanços:** A Companhia possui ativos de natureza civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

31/12/2023 **31/12/2023**

Cíveis: 1.967 1.025

Tributárias: 21.528 98.151

Total: 23.495 99.176

A Pagar.me é parte em ações judiciais de natureza não semelhante e recorrente, civis e tributárias, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária. Entende-se que as demandas judiciais civis se relacionam à principal frente de atuação da Pagar.me, qual seja adquirência, no montante de R\$ 429 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2023). No que tange ao passivo contingente, destaca-se ação ajuizada por ex-colaborador da Pagar.me cuja ação objetiva o reconhecimento de sua condição de acionista. O valor considerado como perda possível é de R\$ 715 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 682 em 31 de dezembro de 2023). Durante o exercício de 2022, a Companhia recebeu autos de infração emitidos por uma autoridade fiscal municipal relativos ao pagamento alegadamente insuficiente de impostos sobre serviços prestados. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado das ações é de R\$ 21.528 (R\$ 98.151 em 31 de dezembro de 2023). Os processos, classificados como perdas possíveis, estão sendo contestados na esfera administrativa do tribunal.

13. Patrimônio Líquido – 13.1 Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 134.275.885,11 representado por 122.002.500 ações ordinárias. Normativas e sem valor nominal, das quais 122.022.499 ações são detidas por Stone Instituição de Pagamento S.A. e a 1% é detida por DLPar Participações S.A.

13.2. Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Pagar.me constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 14.477 (R\$ 15.268 em 2023) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 17).

13.3. Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2024, a Pagar.me constituiu reserva legal no valor de R\$ 4.432 (R\$ 2.819 em 2023).

<p

... continuação

resultados. **14.1.1.3. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (a) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. (b) Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido da receita ou dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

14.2. Saldos em R\$ **2024** **2023**

	2024	2023
Serviços de captura, processamento e liquidação de transações – débito e crédito	1.021.737	1.044.183
Outras receitas de serviços	338.436	382.905
Impostos sobre serviços	(133.140)	(147.973)
Total	1.227.033	1.279.115
Momento de reconhecimento da receita		
Reconhecida em um momento específico	1.227.033	1.279.115
Total	1.227.033	1.279.115
15. Despesas por natureza – 15.1. Custos e despesas		
2024	2023	
Depreciação e amortização	(299.278)	(222.274)
Captura e processamento	(385.514)	(139.553)
Perdas na operação de cartões	(144.535)	(159.684)
Pessoal	(163.682)	(207.408)
Marketing e vendas	(412.455)	(385.098)
Reversão (constituição) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	1.728	(6.365)

A Diretoria**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Diretoria da **Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – São Paulo-SP**
Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14.1.1.1 às demonstrações financeiras, a qual descreve os critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento da receita da taxa de adesão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram reconhecidas receitas de taxa de adesão no montante de R\$ 271.741 mil e R\$ 305.296 mil, respectivamente, contabilizadas integralmente no momento da adesão dos clientes. Conforme requerido pelo "CPC 47 – Receita de contrato com cliente", as receitas devem ser reconhecidas quando a obrigação de performance é cumprida. De acordo com as obrigações contratuais que a Companhia assume com o cliente, a receita deveria ser reconhecida ao longo do tempo e não no momento da assinatura do contrato. Considerando os efeitos do reconhecimento da receita pelo diferimento ao longo do tempo, líquido dos efeitos tributários, em 31 de dezembro de 2024, o passivo estava subavalorado em R\$ 149.716 mil (R\$ 175.719 em 31 de dezembro de 2023), o ativo estava subavalorado em R\$ 60.710 mil (R\$ 71.254 mil em 31 de dezembro de 2023), o lucro líquido estava subavalorado em R\$ 16.038 mil e superavalorado em R\$ 19.124 em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. **17.1.4. Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **17.1.5. Restricted Shares Units ("RSUs"):** A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento segundo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Em 2024, foram outorgadas 200.752 novas RSUs, com preço médio de R\$ 80,98 e período de aquisição entre 1 e 4 anos. Em 31 de dezembro de 2024 não havia RSUs a serem emitidas para os beneficiários. **17.1.6. Performance Shares Units ("PSUs"):** Em 2022 a Companhia concedeu prêmios de PSUs, os quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico, as quais exprimem se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,72% a 4,51% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 67,47% a 77,88% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de dezembro de 2024 não havia PSUs a serem emitidas para os beneficiários. As movimentações ocorridas em 2023 e 2024 de RSUs, PSUs são apresentadas abaixo:

	RSU	PSU	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.043.342	686.345	1.729.687
Outorgadas	311.618	–	311.618
Emitidas	(100.155)	–	(100.155)
Transferências entre empresas da Companhia	(135.742)	(101.647)	(237.389)
Canceladas	(10.862)	–	(10.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.108.201	584.698	1.692.899
Outorgadas	200.752	3.371	204.123
Emitidas	(98.723)	–	(98.723)
Transferências entre empresas do grupo ^(a)	(859.132)	(304.482)	(1.163.614)
Canceladas	(69.732)	(199.631)	(269.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	281.366	83.956	365.322

Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/0-8

(a) Referem-se a alterações administrativas estratégicas no Grupo StoneCo, que acarretaram a movimentação de empregados entre a Companhia e outras empresas do grupo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida provisão em Despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 17.430 (R\$ 17.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

EY **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC - SP - 034.519/0**
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
 Contador CRC - SP 300.534/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL **São Paulo**



Documento assinado e certificado digitalmente
 Conforme MP 2.200-2
 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/05/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



180 Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 39.999.619/0001-97 - NIRE 35.300.608.780

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2025

Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de março de 2025, às 09:00 horas, realizada de forma digital, nos termos da lei e das regulações vigentes. **Quórum:** (a) a Acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata; (b) os seguintes administradores da Companhia: Mauro Levi D'Ancona, Franco Lamping, Renata Struckas, Renan Magri e Gustavo Genovez. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, em razão da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Mauro Levi D'Ancona; e Secretário: Franco Lamping. **Publicações e Documentos:** (i) Demonstrações Financeiras; (ii) Relatório da Administração; e (iii) Parecer dos Auditores Independentes Contábeis e Atuariais. Todos estes documentos foram publicados no dia 28 de fevereiro de 2025 no jornal Folha de São Paulo. **Ordem do Dia:** (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Fixar a remuneração global dos diretores; (iii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iv) Deliberar sobre outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista delibera por: (i) aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) fixar a remuneração global dos diretores no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) até a AGO de 2026. (iii) aprovar, por unanimidade e sem qualquer ressalva, a seguinte destinação do resultado encerrado em 31 de dezembro de 2024: a) Constituição de reserva de capital no valor de R\$ 1.709.570,00 (Um milhão, setecentos e nove mil, quinhentos e setenta reais) para pagamento baseado em ações/opções; (iv) a título de outros assuntos de interesse da sociedade, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Acionista ratifica a decisão dos administradores no que se refere a utilização dos saldos encontrados em reserva de lucros e reserva legal, totalizando, em conjunto, o montante de R\$ 1.663.873,00 (Um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e setenta e três reais) para absorver parcialmente os prejuízos decorrentes do exercício findo em 2024. O valor remanescente, no importe de R\$ 3.365.163,00 (três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e três reais) relacionado ao prejuízo não absorvido ficará alocado na respectiva conta contábil, denominada Lucros e Prejuízos acumulados. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede social os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Ordinária e mencionados nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. São Paulo, 31 de março de 2025. **Mesa:** Mauro Levi D'Ancona – Presidente; Franco Lamping – Secretário. **Acionista Presente:** 180 Seguros Empreendimentos e Participações Ltda., representada por Mauro Levi D'Ancona. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 131.935/25-2 em 14/04/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

BRT Amazônia S.A.

CNPJ nº 57.965.587/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas, em cumprimento às exigências legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do período de 01/01/2024 a 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras completas encontram-se a sua disposição na sede da empresa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	2024	2023	Passivo + patrimônio líquido	2024	2023
				2024	2023
Circulante	150	- Circulante	7.000	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	150	- Impostos e contribuições	-	-	-
Contas a receber e outros	-	- Contas a pagar	7.000	-	-
Não circulante	7.000	- Não circulante	-	-	-
Realizável a longo prazo	7.000	- Impostos e contribuições	-	-	-
Investimentos	-	- Contas a pagar	-	-	-
Intangível	-	- Patrimônio líquido	150	-	-
		Capital social	150		
		Resultados acumulados	-		
Total do ativo	7.150	- Total do passivo + PL	7.150		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(NÃO HOUVE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 31/12/2024 E 2023)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(NÃO HOUVE SALDO PARA AS MUTAÇÕES)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: 1) **Do Contexto:** BRT Amazônia S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP, tendo como objeto social principal Atividades Holdings de instituições não-financeiras com início de atividades em 11 de abril de 2024. 2) **Das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as boas práticas e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira. São Paulo, 31 de Dezembro de 2024.

DIRETORIA: Edinaldo da Silva Carvalho - Diretor Presidente
Ricardo de Oliveira D' Aloisio - Contador - CRC SP nº 1SP216833053P Brasil – Consultoria e Projetos
Estruturação de Parcerias Público-Privadas
e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 01.259.348/0001-60 - NIRE 35.3.0056814-1

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de junho de 2024.

1. Data, hora e local: Aos 18 dias do mês de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede da 3P Brasil – Consultoria e Projetos de Estruturação de Parcerias Público-Privadas e Participações S.A. ("Companhia"), na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº. 14.401, Setor C, Torre Tarumã, 6º Andar, Sala 612 e 613, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **2. Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa, face ao que fazuta o § 4º, do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **3. Presenças:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas no "Livro de Registro de Presença de Acionistas". **4. Mesa:** Presidente, Waldemar Ferreira Magalhães, e Secretária, Tatiane Araújo Pereira. **5. Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos presentes, foram tomadas as seguintes deliberações: i) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei nº. 6.404/76; ii) Após terem sido tomadas as contas dos administradores, que foram colocadas à disposição de todos os acionistas, trinta dias apos, postos em discussão e votação, foram aprovados sem reservas e restrições, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo – SP, 18 de junho de 2024. Mesa: **Waldemar Ferreira Magalhães, Presidente; Tatiane Araújo Pereira, Secretária. Acionistas: Galaxia S.A., Bruna Boner Léo Silva; FR Empreendimentos e Participações EIRELI, Fernando Antônio Fontes Rodrigues. Midori Participações Societária e Holding Ltda., Paulo César Lopes Zeredo. Contador: Marco Antônio Ferraz, CRC/SP nº 1SP187730/05. JUCESP nº 259.786/24-0 em 05/07/2025. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0008-92 - NIRE 35.903.904.992

Edital de Termo de Responsabilidade nº 34/2025

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "Movecta S.A.", NIRE 3590304992, CNPJ 58.317.751/0008-92, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 999, Sítio Pecara (Vicente da Carvalho), Guarujá/SP, CEP 11460-003, **Luiz Alberto dos Santos Junior**, brasileiro, portador do RG nº 37616851 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 939.254.250-04, assinou em **29/04/2025** o Termo de Responsabilidade nº 34/2025, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0008-92 - NIRE 35.903.904.992

Edital de Termo de Responsabilidade nº 35/2025

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "Movecta S.A.", NIRE 35900965494, CNPJ 58.317.751/0002-05, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 999, Sítio Pecara (Vicente da Carvalho), Guarujá/SP, CEP 11460-003, **Luiz Alberto dos Santos Junior**, brasileiro, portador do RG nº 37616851 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 939.254.250-04, assinou em **29/04/2025** o Termo de Responsabilidade nº 35/2025, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimomoto, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

PUBLICAÇÕES LEGAIS • 09

Edição Digital • Ano 5 • São Paulo, 07 de maio de 2025

Santo Afonso Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.678.947/0001-51 - NIRE 35.300.645.464

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2025

1. **Data, Hora e Local:** No dia 06 de maio de 2025, na sede social da Santo Afonso Energética S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Painé – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos a Sra. Isis Paula Cerinotti Malhães e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **4. Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre distribuição de dividendos; (ii) aprovar a redução de capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, com a consequente alteração do disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) consolidar o estatuto social da Companhia, para refletir as deliberações decorrentes desta assembleia. **5. Deliberações:** O senhor acionista, após análise e discussão dos assuntos constantes da Orden do Dia, deliberou sem restrições: **5.1.** Aprovar o pagamento de dividendos no valor de **R\$ 6.393.781,09** (seis milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e oitenta e um reais e nove centavos), constituídos com base nos lucros apurados nos balanços patrimoniais da Companhia do exercício social encerrado em 31.12.2024, sendo: i. **R\$ 1.598.445,27** (um milhão, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos), a título de anticIPAÇÃO DOS **dividendos mínimos obrigatórios**; e ii. **R\$ 4.795.335,82** (quatro milhões, setecentos e noventa e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), a título de **dividendos complementares**. **5.1.1.** Os dividendos estabelecidos no item 5.1. acima serão ratificados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2024. **5.1.2.** A fim de assegurar a integridade do capital social da Companhia, consignar que os dividendos declarados conforme item 5.1. foram calculados com desconto do valor a ser futuramente destinado a reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei de Sociedades anônimas, pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31.12.2024. **5.2.** Aprovar a redução de capital social em **R\$ 71.524.581,00** (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais) da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de **R\$ 826.874.882,00** (oitocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais) para **R\$ 755.350.301,00** (setecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um reais). **5.2.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social têm valor nominal, aprovar o cancelamento de **71.524.581** (setenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e oitenta e um reais) de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º – O capital social totalmente subscrito e integralizado é R\$ 755.350.301,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um reais), dividido em 755.350.301 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta mil, trezentos e um) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma." **5.3.** Face ao que dispõe o artigo 174 da Lei nº 6.404/76, a redução do capital social da Companhia e as alterações estatutárias relacionadas com a redução do capital só se tornarão eficazes após o decorso do prazo de 60 (sessenta) dias contado da publicação desta ata no **Jornal Data Mercantil**, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. **5.4.** Consignar que os valores declarados nos itens 5.1. e 5.2. será pago a única acionista da Companhia, qual seja, **Rio Casca Energética S.A.** (p.p. Isis Paula Cerinotti Malhães e p.p. Guilherme Braga Lacerda).

Coesa Construção e Montagens S.A.

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 18.738.697/0001-68 - NIRE 35300456025

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2025

Data, Hora e Local: Realizada no dia 10/04/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Assumi a presidência dos trabalhos o Sr. José Maria Magalhães de Azevedo e secretariados pelo Sr. Telmo Tonoli. **Deliberações aprovadas:** **7.1.** A reeleição dos atuais Diretores da Companhia, com mandato de mais 3 anos, vigendo até 10/04/2028: (i) **José Maria Magalhães de Azevedo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, e (ii) **Telmo Tonoli**, brasileiro, casado, advogado, conforme termos de posse. **7.2.** Considerar sanada a falta de publicação da **Ordem do Dia** nº 10/04/2025, a qual segue acostada como "Anexo I" à presente

Mauá Luz SPE Ltda.
CNPJ nº 26.529.868/0001-77 - NIRE 3523026103-4
Ata de Reunião de Sócios realizada em 31 de janeiro de 2024
No dia 31 de janeiro do ano de 2025, e atendendo ao disposto nos artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil Brasileiro), reuniram-se em Assembleia Geral do sociedade **Mauá Luz SPE Ltda.**, registrada na JUCESP sob NIRE 3523026103-4 e CNPJ sob nº 26.529.868/0001-77, Rua Benedito Augusto do Nascimento, nº 372, Jardim Pilar, Mauá/SP, o Sr. Jorge Marques Mouro, representante da sócia-cotista **Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.**, o Sr. Marcelo Souza de Comargo Rodrigues, representante do socio-cotista **FM Rodrigues & Cia Ltda.**, o Sr. Mário Vieira Marcondes Neto e o Sr. Cláudio Roberto de Leoni Ramos, ambos representantes da sócia-cotista **Conasa Infraestrutura S.A.**, perfazendo quórum máximo de 100% (cem por cento) da sociedade, às 9:00 horas, em primeiro chamado para deliberarem sobre o seguinte Ordem do Dia: **1º Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2024**. Foi aclamado pelos presentes para presidir a mesa conforme disposto C.C. Art. 1075- Lei 10.406/2002, o Sr. Jorge Marques Mouro, portador do CPF nº 761.631.568-20, representante da sócia-cotista **Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda.**, que convidou o mím, o Sr. Marcelo Souza de Comargo Rodrigues, portador do CPF nº 148.259.988-01, representante da sócia-cotista **FM Rodrigues & Cia Ltda.**, para secretariá-lo. Composto o mesa o Senhor Presidente colocou em pauta o 1º item da Ordem do Dia: **1º Aprovação das contas da administração e das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2024**. Após o leitura dos documentos mencionados no ordem do dia, que foram colocados à disposição de todos os sócios, foram observados os seguintes ocorrências: (1) Contas da administração; (2) Demonstrações Contábeis, contendo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do Exercício, ambos do exercício findo em 31/12/2024. Por unanimidade os sócios aprovaram as contas da administração e as demonstrações contábeis exercício findo em 31/12/2024. Os administradores, presentes, agradeceram o confiança dos sócios, e após cumprir todos os formalidades legais e nada mais havendo o tratar e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente Assembleia, lavrando-se a presente ATA que vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim Secretário que a lavrei e pelos demais presentes. Jorge Marques Moura, Presidente; Marcelo S. C. Rodrigues, Secretário; Jorge Marques Mouro, Brasiluz; Marcelo S. C. Rodrigues, FM Rodrigues/Diretor Executivo/Conselheiro; Mario Vieira Marcondes Neto, Conasa/Diretor Executivo; Cláudio Roberto de Leoni Ramos, Conasa; Daniel Faour Auad, Diretor Executivo/Conselheiro/Presidente Cons. Adm.; Paulo André G. Boschiero, Conselheiro. JUCESP nº 1.046.681/254 em 17/02/2025. Aloizio E. Soares Junior, Secretário Geral em Exercício.

Fortec S/A Participações e Empreendimentos
CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam os Senhores Acionistas da FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em **14 de maio de 2025**, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição da diretoria da Companhia, para mandato de 3 (três) anos.
Thales Lobo Peçanha - Diretor Presidente
(06, 07 e 08/05/2025)

**Publique no
Data Mercantil!**

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



📞 **Contato: (11) 3361-8833**

✉️ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/05/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Casa Santa Luzia Empreendimentos S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sos., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2024 e 2023.										
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)										
ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL		2023		2024		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		2023	2024
	2023	2024	PASSIVO		2023	2024				
Ativo circulante	778.262,86	1.841.448,56	Passivo circulante		355.269,78	407.207,34				
Disponível	509.159,86	792.513,30	Encargos fiscais		33.643,64	36.312,01				
Bancos conta movimento	1,00	1,00	CSLL estimativa à recolher		4.497,53					
Aplicações financeiras	509.158,86	792.512,30	Provisão de IRPJ		18.216,32	22.695,01				
Outros valores de créditos	269.103,00	1.048.935,26	Provisão CSLL		10.929,79	13.617,00				
IRRF à compensar	142.746,80	159.782,56	Encargos sociais		321.626,14	370.895,33				
CSLL antecipado p/ estimativa à compensar	10.929,79	6.220,19	I.N.S.S à recolher		792,00	847,20				
IRPJ/CSLL à compensar	115.426,41	882.932,51	Pis/cofins à recolher		316.874,14	365.812,13				
Ativo não-circulante			Honorários diretores		3.960,00	4.236,00				
Realizável à longo prazo			Passivo não-circulante							
Imposto à recuperar	27.648,58	27.648,58	Patrimônio líquido							
Investimentos	166.746.336,85	178.385.545,70	Capital		19.800.000,00	19.800.000,00				
Invest. – Casa Santa Luzia Imp. Ltda.	164.403.887,96	176.043.096,81	Reservas de capital		242.557,78	242.557,78				
Agio inv. Casa Santa Luzia Imp. Ltda.	2.342.448,89	2.342.448,89	Reservas de lucros		147.154.420,73	159.804.877,72				
Total do ativo	167.552.248,29	180.254.642,84	Reserva legal		3.960.000,00	3.960.000,00				
			Reserva de lucros à realizar		143.194.420,73	155.844.877,72				
			Total do passivo + P.L.		167.552.248,29	180.254.642,84				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			NOTAS EXPLICATIVAS							
			Contexto Operacional: A Empresa tem como atividade preponderante a Gestão de Participações Societárias (Holdings). As Demonstrações Financeiras da Sociedades foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Lei n° 11.638/07 e suas alterações posteriores, bem como pela NBC TG 1.000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC n° 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade e alterações posteriores. Investimentos - A Empresa mantém seus investimentos em Empresas Controladas, e efetua a Equivalência Patrimonial em cumprimento ao que dispõe o Artigo 328 do Decreto 1041 de 11.01.94.							
Receitas	83.273.614,21	78.168.752,94								
Receitas de equivalência patrimonial	75.430.588,06	69.575.046,82								
Receitas de juros s/ capital próprio	7.808.029,99	8.565.262,88								
Receitas financeiras	34.996,16	28.443,24								
Despesas	(7.670.047,37)	(8.377.563,21)								
Despesas de juros s/ capital próprio	(6.882.000,00)	(7.518.000,00)								
Despesas financeiras	(3.768,61)	(3.553,39)								
Outras despesas operacionais	(784.278,76)	(856.009,82)								
Lucro operacional	75.603.566,84	69.791.189,73								
Resultado antes da CSLL	75.603.566,84	69.791.189,73								
Provisão p/ CSLL	(10.929,79)	(13.617,00)								
Resultado antes do IRPJ	75.592.637,05	69.777.572,73								
Provisão p/ IRPJ	(18.216,32)	(22.695,01)								
Lucro líquido do exercício	75.574.420,73	69.754.877,72								

Publique no
Data Mercantil!



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/05/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

